



1

ATA EXECUTIVA

2

1ª. Reunião Plenária Extraordinária

3

Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH

4 **Data:** 01 de dezembro de 2020

5 **Local:** Plataforma *Teams* por videoconferência

6 **Secretaria Executiva**

- 7 • Rui Brasil Assis, Secretário Executivo do CRH e Coordenador da CRHi;

8

9 **Conselheiros pelo segmento Governo do Estado:**

- 10 • Luiz Ricardo Santoro, Secretário Executivo da SIMA;
- 11 • Rossieli Soares da Silva, Secretário e Sergio Luiz Damiani, Secretaria da Educação;
- 12 • Antônio C. Rizeque Malufe, Secretário Executivo da Casa Civil;
- 13 • Amauri G. A. Silva, representando Secretaria do Governo;
- 14 • Juan Tarsis Gimenes de Almeida, Secretaria de Logística e Transportes;
- 15 • Luis Fernando M. M. Cavalheiro, Secretaria da Fazenda e Planejamento;
- 16 • Bruna Helena S. T. de Barros, Secretaria de Desenvolvimento Econômico;
- 17 • Roberta Lopes da Cruz Antônio, Secretaria da Habitação;
- 18 • Ademir Cleto de Oliveira, Secretaria de Desenvolvimento Regional;
- 19 • Luís Sérgio Ozório Valentim, representando a Secretaria da Saúde.

20 **Conselheiros pelo segmento Municípios:**

- 21 • Marcos Vinício Bilancieri, P.M. de Boraceia e Eder Ruiz Magalhães de Andrade, P.M.
- 22 de Sabino;
- 23 • Ademir Maschio, P.M. de Santa Fé do Sul;
- 24 • José Vicente Alamino de Moura, representando a P.M. de Tatuí e Paulo Tinel,
- 25 representando a P.M. de Campinas;
- 26 • Sérgio Bombachini, representando a P.M. de Santo André;
- 27 • João Carlos dos Santos, P.M. de Garça.



28 **Segmento sociedade civil:**

- 29 ● Maria Luísa Taborda Borges Ribeiro, SOS Mata Atlântica;
- 30 ● Cláudio Bedran, Instituto Ambiental Planeta Verde;
- 31 ● André Elia Neto, UNICA e Elaine Ap. Maduro Costa, representando a ABAG/RP;
- 32 ● Ricardo Ribeiro F. da Silva, ABES;
- 33 ● Carlos Eduardo Q. Giampá, ABAS;
- 34 ● Hugo Marcos Piffer Leme, ASSEMAE;
- 35 ● Mateus Delatim Simonato, ABGE e Ester Feche Guimarães, AESabesp;
- 36 ● Adriana Menezes da Silva, FAESP;
- 37 ● Anícia Aparecida Baptistello Pio, FIESP e Jorge Rocco – CIESP.

38 **Convidados com direito à voz:**

- 39 ● Alexandra Faccioli, Ministério Público Estadual;
- 40 ● Neiroberto Silva, representando o CREA;
- 41 ● Carlos Roberto dos Santos, CETESB;
- 42 ● Gisele Novack Diana, PGE;
- 43 ● Flavia Scarpinella Bueno, OAB/SP e Giovani Bruno Ruiz Tomasoni, OAB/SP.

44 **1. ABERTURA.**

45 Flávia Braga Rodrigues, da Coordenadoria de Recursos Hídricos da SIMA, apresentou
46 considerações acerca das regras a serem adotadas na reunião virtual por meio da
47 plataforma *Microsoft Teams*. A seguir, após constatado o quórum regimental, Luiz
48 Ricardo Santoro, Secretário Executivo da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente-
49 SIMA, representando o Presidente do CRH, Marcos Rodrigues Penido, agradeceu a
50 presença de todos e abriu a reunião parabenizando pela continuidade dos trabalhos,
51 mesmo durante a pandemia COVID-19. O Secretário Executivo considerou que, apesar
52 da pandemia, a realização de reuniões virtuais seria mais uma forma de trabalho,
53 facilitando inclusive nas questões de deslocamentos dos conselheiros até a capital.

54 **2. APRECIÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE 20/12/2019.**

55 Após dispensada sua leitura, a ata foi aprovada por unanimidade pelos presentes.

56 **3. COMUNICAÇÕES.**

57 O Secretário Executivo e Coordenador da Coordenadoria de Recursos Hídricos-CRHi, Rui
58 Brasil Assis, comunicou que (i) concluíram, conforme previsto, até 15 de novembro, a



59 consulta pública referente ao Plano Estadual de Recursos Hídricos-PERH 2020-2023. O
60 Coordenador enfatizou que a construção do Plano foi um processo exitoso envolvendo
61 diversos atores do sistema e que o documento final, ainda na presente data, estará
62 disponível mediante um link de acesso no site SIGRH. A apresentação completa do PERH
63 será realizada na próxima reunião ordinária do CRH, já convocada e agendada para o
64 próximo dia 17 em dezembro; (ii) conforme relatório elaborado pela Controladoria Geral
65 da União, o Comitê Federal das Bacias PCJ foi escolhido como o mais avançado no país
66 dentre os comitês de rios interestaduais e; (iii) as leis 17.263/20 e a 17.293/20
67 impactaram substancialmente os recursos do Fundo FEHIDRO em R\$ 14.7 milhões,
68 fazendo com que a destinação destes valores fossem direcionados à Conta Única do
69 Tesouro para auxiliar o Estado no combate da pandemia do COVID-19. O seguinte
70 impacto refere-se ao ajuste fiscal implementado pela Lei 17.293/20 onde o saldo
71 existente nas contas, ao final do exercício, também deverá ser remetido ao Tesouro
72 estadual para a realização de pagamentos previdenciários. Rui Brasil salientou que estão
73 se tomando todas as providências para que os contratos celebrados, beneficiando as
74 bacias hidrográficas no Estado, tenham andamento normal de desembolsos.

75 **4. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE SEGURANÇA DE BARRAGENS.**

76 Rui Brasil Assis explicou que a apresentação deste documento decorre do atendimento a
77 uma recomendação do Tribunal de Contas do Estado solicitando que fosse dada ciência
78 ao CRH da realização anual deste relatório, o qual contou com a imprescindível
79 participação de diversas áreas técnicas do Estado. O Geólogo José Carlos Garcia Ferreira
80 Coordenador da Coordenadoria de Petróleo, Gás e Mineração-SIMA mencionou que o
81 presente estudo, tem como objetivo o acompanhamento da aplicação da Política Nacional
82 de Segurança de Barragens no Estado de São Paulo bem como a fiscalização daquelas
83 barragens já instaladas. O presente relatório é aplicável nos casos de acumulação de
84 água, para quaisquer usos; disposição final ou temporária de rejeitos de mineração e
85 acumulação de resíduos industriais. A seguir, foram apresentadas diversas matizes
86 classificatórias pela categoria de uso, considerando seu dano potencial, à jusante da
87 barragem, e levando-se em conta os riscos ou a possível falta de manutenção existente.
88 O palestrante mencionou ainda que, atualmente, há 336 barragens que se enquadram
89 dentro da PNSB, conforme dados colhidos pela ANEEL/2019, ANM/2020, DAEE/2020 e
90 CETESB/2019. A participação, em parceria com os CBHs, é fundamental por meio da
91 elaboração de planos que possam auxiliar o acompanhamento da Política Nacional de
92 Segurança de Barragens, bem como dos riscos em potencial. Assim, é de grande valia
93 que haja a mobilização de todas as instâncias encarregadas no gerenciamento dos
94 recursos hídricos, inclusive, com a participação da sociedade civil e das prefeituras



95 municipais, de acordo com suas particularidades, na formulação de seus respectivos
96 planos de ação de emergência assim como dos planos de contingenciamento. Incentivou-
97 se, também, a inserção do tema das barragens nos Planos de Bacia, além de sua inclusão
98 dentro dos canais de comunicação e de educação, propiciando uma maior difusão e
99 transparência.

100 **5. DELIBERAÇÕES:**

101 **5.1. Referendum à Deliberação CRH "AD REFERENDUM" nº 234, de 31 de** 102 **janeiro de 2020 que altera o Anexo I da Deliberação nº 229/2019 que indicou** 103 **ao FEHIDRO empreendimentos de abrangência e interesse estadual para o** 104 **exercício de 2019.**

105 A Deliberação foi aprovada por unanimidade. A Coordenadoria de Saneamento da
106 Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente-SIMA, revisando o empreendimento
107 "Elaboração do 1º Plano Estadual de Saneamento Básico do Estado de São Paulo -
108 PESB/SP", justificou a necessidade de ampliação do escopo do projeto. Desta forma, foi
109 proposta uma contrapartida no valor de R\$ 4.441.810,64, sem impactar o valor já
110 aprovado para desembolso pelo FEHIDRO. Cláudio Bedran (Instituto Planeta Verde)
111 considerou que a contrapartida estava um pouco alta, representando quase 80% do valor
112 do projeto. O Secretário considerou que, entre outros argumentos, por este ser o primeiro
113 Plano, a Coordenadoria de Saneamento constatou posteriormente que consumiria mais
114 tempo, e por isso, foi necessário aumentar, no contrato, a relação homens/horas de
115 trabalho.

116 **5.2. Referendum à Deliberação CRH "AD REFERENDUM" nº 235, de 01 de abril** 117 **de 2020 que recomenda a prorrogação dos prazos da cobrança pelo uso dos** 118 **recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo.**

119 Foi aprovada por unanimidade. Devido à pandemia do COVID-19 que assola o Estado de
120 São Paulo, o gerenciamento dos recursos hídricos, de maneira geral, foi seriamente
121 impactado. Desta forma, o Presidente do CRH avaliou que seria de bom senso fazer uma
122 suspensão temporária no pagamento pelo uso da água, prorrogando, assim, os
123 pagamentos para o segundo semestre. Anícia Aparecida Baptistello Pio (FIESP) reafirmou
124 a posição dos usuários representando o segmento industrial parabenizando pela iniciativa
125 e sensibilidade com que a Secretaria conduziu o assunto durante a pandemia.



126 **5.3. Referendum à Deliberação CRH "AD REFERENDUM" nº 236, de 18 de maio**
127 **de 2020 que dispõe sobre a realização de reuniões não presenciais no âmbito**
128 **do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São**
129 **Paulo - SIGRH e dá outras providências.**

130 Foi aprovada por unanimidade. Para Rui Brasil, esta Deliberação foi importante por
131 fornecer orientações gerais para a realização das reuniões virtuais, logo no início da
132 pandemia, e que se tornaram fundamentais por não interromperem o bom andamento
133 dos trabalhos desenvolvidos até então. Chegou-se à conclusão de que esta nova forma
134 de reunião, por intermédio da tecnologia, teria viabilidade para ser adotada perante todas
135 as instâncias do sistema, sem deixar de lado o cumprimento aos regramentos normativos
136 com relação ao quórum e aos procedimentos para a votação das deliberações. A Dra.
137 Alexandra Faccioli (Ministério Público Estadual/SP) reforçou a importância e a
138 necessidade de serem realizadas mais reuniões do Conselho Estadual de Recursos
139 Hídricos. Demonstrou, também, preocupação quanto à quantidade de Deliberações Ad
140 Referendum emanadas, uma vez que podem limitar a participação efetiva e mais
141 participativa das entidades envolvidas no CRH, aliado a uma limitada quantidade de
142 encontros agendados pelo colegiado. Sugeriu, para o próximo ano, uma maior
143 participação e atenção no acompanhamento das demandas desenvolvidas pelas Câmaras
144 Técnicas, além de se serem realizadas reuniões prévias para maior debate em temas
145 relacionados a assuntos que envolverem questões financeiras. O Secretário Ricardo
146 Santoro agradeceu pela colaboração e apontamentos, considerou que realmente foi um
147 ano atípico, mas devemos todos trabalhar no sentido de atender à solicitação do
148 Ministério Público. Malu Ribeiro (Fundação SOS Mata Atlântica) reiterou as
149 recomendações mencionadas e enfatizou que a nova modalidade de reuniões virtuais é
150 importante, sobretudo, para o segmento da sociedade civil pois pode ampliar a
151 possibilidade de participação e a transparência na gestão oferecendo, assim, maior
152 engajamento da sociedade na temática das águas. Prosseguindo em suas considerações,
153 Malu Ribeiro mencionou o desconforto que lhe causa o fato de sempre estarem na pauta
154 as deliberações ad referendum haja vista que são matérias que já foram previamente
155 discutidas nas CTs. Caso fosse possível a realização de mais encontros ordinários, de
156 forma virtual, a quantidade de deliberações ad referendum seria reduzida. Sugeriu,
157 também, que estas novas reuniões fossem retransmitidas tanto para os convidados (não
158 conselheiros), quanto para a sociedade em geral, por meio de outras plataformas virtuais,
159 citando como exemplo o YouTube, cunhando na coletividade um sentimento de
160 pertencimento e mais engajamento em assuntos afetos aos recursos hídricos. Ricardo
161 Santoro agradeceu as recomendações. Cláudio Bedran também concordou que o
162 Conselho deva aumentar o número de reuniões e, aproveitou a oportunidade para
163 apresentar sua queixa quanto ao modo como as questões ambientais vem sendo tratadas
164 pelo MP/SP no interior paulista.



165 **5.4. Referendum à Deliberação CRH "AD REFERENDUM" nº 237, de 26 de junho**
166 **de 2020 que aprova a Autoavaliação do Estado referente ao alcance das Metas**
167 **de Gestão de Águas no âmbito do Sistema Estadual, referentes ao 5º período**
168 **de certificação (2019) do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela**
169 **Gestão das Águas - PROGESTÃO.**

170 A deliberação foi aprovada por unanimidade pelos presentes. Rui Brasil Assis apresentou
171 brevemente algumas particularidades do PROGESTÃO, e comentou que em 2019 o
172 Estado de São Paulo passou pelo último ano do primeiro ciclo contando com uma
173 qualificação na casa dos 90% de aprovação.

174 **5.5. Deliberação que "Referenda os programas quadrienais de investimento**
175 **para aplicação dos recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos para**
176 **os anos 2020 a 2023".**

177 O Coordenador informou a todos que houve intensos trabalhos da equipe da
178 Coordenadoria em conjunto com as Secretarias Executivas dos Comitês de Bacias e suas
179 respectivas Câmaras de Planejamento, visando o aperfeiçoamento nos PAPIs dos CBHs
180 para o período compreendido entre 2020-2023. Os programas quadrienais devem ser
181 propostos pelos comitês com o posterior referendo do Conselho, e, por isto, temos a
182 presente proposta de deliberação. O Secretário Executivo explicou que diversos Comitês
183 precisaram rever seus Planos e, ainda alguns necessitam aprovar suas revisões, durante
184 as próximas semanas, portanto propôs e foi aceito por todos, a retirada da votação da
185 Deliberação da pauta, ficando o assunto automaticamente inserido na pauta da próxima
186 reunião do CRH, no dia 17 de dezembro de 2020.

187 **5.6. Deliberação CRH nº 238: Aprova o calendário eleitoral, os procedimentos**
188 **para cadastramento, eleição e indicação dos representantes das entidades do**
189 **segmento Sociedade Civil no CRH, para o período 2021 – 2023.**

190 A deliberação foi aprovada por unanimidade pelos presentes. Diante da última revisão do
191 decreto que adaptou o CRH à nova organização do Estado, foi conferido aos
192 representantes da sociedade civil um ano a mais de mandato. A eleição que ocorria em
193 anos pares, agora ocorre concomitantemente com o segmento municípios, em anos
194 ímpares. A Deliberação foi analisada pela Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos
195 Institucionais-CTAJI. Em geral, o calendário não apresenta modificações significativas
196 para o processo eleitoral e mantém o cadastro permanente para as entidades já
197 habilitadas, a novidade está na documentação, que deverá ser protocolada somente em
198 meio digital, sem necessidade de presença física, em tempos de pandemia. A Dra.
199 Alexandra, representando o MP/SP, questionou à assessoria jurídica se foi realizada a
200 análise em relação a uma possível necessidade de revisar a composição e a paridade do



201 segmento sociedade civil, com base no artigo 39 do parágrafo 1o. da lei referente à
202 Política Nacional de Recursos Hídricos, acrescentando que o tema foi debatido pelo Ministério
203 Público segundo demanda do segmento, como os CBHs PCJ, AT e BPG. O Secretário
204 Executivo considerou que o questionamento era uma novidade no âmbito do CRH, apesar
205 do conhecimento das modificações nos colegiados mencionados, entretanto, considerou
206 que o referido artigo, a princípio, não tinha alcance no Conselho Estadual à medida que
207 o próprio Conselho Nacional tem o poder executivo federal com a maioria dos votos. Na
208 sequência solicitou a manifestação da Sra. Representante da Procuradoria Geral do
209 Estado-PGE. A Dra. Gisele Novak, (PGE), disse que a Procuradoria poderia manifestar sua
210 posição jurídica, desde que seja requisitada a fazê-lo. Cláudio Bedran enfatizou que luta
211 por essa causa há mais de 20 anos, e pediu que a sociedade civil de interesse difuso
212 tenha mais participação nos comitês. Malu Ribeiro complementou a questão informando
213 que o CRH possui uma CTAJI, e esta é uma questão que diz respeito a um
214 aperfeiçoamento da nossa Política Estadual de Recursos Hídricos. Além do parecer que
215 pode ser solicitado à PGE, a CTAJI deveria se debruçar mais sobre esta questão da
216 composição paritária no Conselho Estadual, respeitando as características de cada CBH e
217 sem a imposição de um modelo único que não leve em conta as peculiaridades de cada
218 região, inclusive, tomando em conta a diversidade de grupos populacionais nesta
219 representação. Em linhas gerais, Malu Ribeiro concordou com as questões levantadas
220 pelo MP/SP e por Cláudio Bedran. Mateus Simonato (ABGE) ponderou que esta seria uma
221 boa oportunidade para a discussão e revisão sobre a representação da sociedade civil no
222 CRH, apoiando o pedido feito por Malu Ribeiro para que o assunto fosse encaminhado à
223 CTAJI. O Secretário Ricardo Santoro considerou que havia consenso e encaminhou a
224 demanda para a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e Institucionais.

225 **5.7. Deliberação : Aprova a minuta de anteprojeto de lei específica da Área de**
226 **Proteção e Recuperação dos Mananciais do Alto Juquiá/São Lourenço - APRM-**
227 **AJ/SL.**

228 O Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul estudou
229 detalhadamente a matéria criando, inclusive, a Câmara Técnica da Área de Proteção e
230 Recuperação dos Mananciais do Alto Juquiá e São Lourenço-CT-APRM-AJ/SL. No âmbito
231 do CRH a matéria foi submetida à análise conjunta da Câmara Técnica de Planejamento
232 - CTPLAN e Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e Institucionais-CTAJI, com a
233 participação de representantes do CBH-RB. O processo resultou no aperfeiçoamento do
234 texto objetivando dar-lhe maior clareza, com terminologias consagradas pelo sistema
235 para facilitar sua interpretação. Rui Brasil informou que, por determinação legal, além da
236 aprovação do CRH devem ser ouvidos o Conselho Estadual de Meio Ambiente-CONSEMA
237 e o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de São Paulo – CD-RMSP. A



238 solicitação de manifestação já foi encaminhada a ambos os Conselhos, porém ainda se
239 aguarda a manifestação de ambos. Rui Brasil informou que foi necessário incluir uma
240 alteração no texto em um dos “considerando” e também uma outra alteração no artigo
241 5º. Malu Ribeiro parabenizou o CBH-RB pelo trabalho extremamente importante haja
242 vista que a fundação SOS Mata Atlântica vem há anos tentando reconhecer esta bacia
243 interestadual como uma produtora de água, e esta é a consagração desta visão. Indagou-
244 se acerca da participação do CONSEMA na construção deste processo, ao que lhe foi
245 respondido que não houve discussão integrada envolvendo o CONSEMA e o Conselho de
246 Desenvolvimento. Foi informado que no dia 16/12/20 o CONSEMA se reunirá e discutirá
247 esta matéria., porém não há data para que a matéria seja deliberada pelo CD-RMSP. A
248 Dra. Alexandra, MP/SP, ponderou que na lei 9.866/97 em seu artigo 4º, as APRMs serão
249 delimitadas mediante proposta do CBH, por deliberação do CRH, mas somente após
250 ouvidos o CONSEMA e o Conselho de Desenvolvimento Regional. Assim, como está
251 marcada para o próximo dia 16 a reunião no Conselho Estadual do Meio Ambiente, e,
252 como há previsão que a próxima reunião do CRH deva ocorrer logo em seguida, no dia
253 17 do mesmo mês, foi sugerido que esta deliberação fosse retirada de pauta e que venha
254 a ser novamente debatida numa outra reunião futura, pois pode comprometer a validade
255 desta Deliberação diante da necessidade da prévia oitiva destas duas entidades,
256 conforme estabelecido pela norma legal. O Secretário Santoro considerou pertinente a
257 propositura e retirou a Deliberação de pauta para ser analisada e deliberada em uma
258 nova reunião do CRH, provavelmente em fevereiro de 2021, após a manifestação do
259 CONSEMA e do CD-RMSP.

260 **5.8. Deliberação CRH nº 239 Aprova a destinação dos recursos financeiros**
261 **advindos da 1ª parcela do PROCOMITES.**

262 Foi aprovada por unanimidade. Após o diálogo realizado junto aos colegiados dos CBHs,
263 desde 2019, foi definido que a primeira parcela, de R\$ 500 mil recebida pelo Estado de
264 São Paulo, fosse direcionada para a compra de equipamentos voltados à melhoria da
265 infraestrutura de comunicação destes comitês na realização de reuniões virtuais. O
266 procedimento será realizado pela SIMA mediante licitação na modalidade pregão.

267 **5.9. Deliberação CRH nº 240: Aprova os Quadros de Metas do Programa de**
268 **Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas PROGESTÃO (2º Ciclo)**
269 **para o Estado de São Paulo.**

270 Foi aprovada por unanimidade. Rui Brasil explicou que o Estado de São Paulo está
271 cumprindo os últimos requisitos para a assinatura deste contrato, estando pendente
272 apenas a manifestação do chefe do executivo estadual e do secretário de estado para
273 pôr em marcha este segundo ciclo. Este quadro de metas é semelhante ao do primeiro



274 ciclo, contando com 5 metas federativas e aproximadamente 30 metas estaduais. A título
275 exemplificativo, no Anexo 3 em que aborda as metas federativas, temos o cadastro de
276 águas superficiais e subterrâneas bem como a capacitação em recursos hídricos, sendo
277 que o CRH já a aprovou e está em execução o denominado CAPACITA-SIGRH, um
278 programa permanente de capacitação, que deverá ser apresentado detalhadamente na
279 próxima reunião do CRH.

280 **ASSUNTOS GERAIS E ENCERRAMENTO.**

281 Cláudio Bedran solicitou auxílio para problemas ambientais no município de Jaboticabal,
282 referente às questões de abastecimento de água e saneamento, incluindo a estação de
283 tratamento. Carlos Roberto dos Santos (CETESB) manifestou-se a favor da demanda,
284 acolhendo a denúncia e acionou, de imediato, a Diretoria de Controle e Licenciamento da
285 CETESB para iniciar as verificações. O Secretário Santoro agradeceu o pronto
286 atendimento. A Dra. Alexandra, logo de início, colocou-se à disposição para auxiliar nesta
287 questão, sem prejuízo do contato com a Ouvidoria MPSP. Também manifestou que o
288 Ministério Público de São Paulo se preocupa com todo o ciclo da água, para tanto,
289 realizaram um levantamento, em mais de vinte e nove municípios sobre o abastecimento
290 de água a possibilidade de melhoria dos processos de tratamento. Percebeu-se que há
291 realmente necessidade de apoio pelo Estado a estes municípios menores talvez, mediante
292 a implementação de linhas de crédito e financiamento, via DesenvolveSP, principalmente
293 naquelas situações mais graves onde há municipalidades que apresentaram processos
294 deficientes e arcaicos. Ao final da reunião, o Secretário Executivo agradeceu as presenças
295 comunicando que 90 pessoas participaram do encontro virtual e, solicitou a presença de
296 todos para a reunião do dia 17 de dezembro que tratará de assuntos importantes para o
297 Conselho. Tendo sido cumprida a pauta e não havendo mais itens pendentes, Luiz Ricardo
298 Santoro, Secretário Executivo da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente-SIMA,
299 encerrou a reunião. Esta Ata é resumo dos registros das notas taquigráficas desta reunião
300 extraordinária.

301

302 **Marcos Rodrigues Penido**

303 Presidente do CRH

304 **Rui Brasil Assis**

305 Secretário Executivo do CRH